

A AVALIAÇÃO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE MATOS COSTA / SC SOB A PERSPECTIVA INCLUSIVA: O PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO

Luciana Aparecida Skibinski ¹
Claudia Maria Petchak ²

RESUMO

A Educação, nas últimas décadas, tem sido tema de constantes debates e reformas com o intuito de oportunizar o protagonismo dos estudantes e reconhecer a sua individualidade durante a construção de seu percurso formativo. Sabe-se que avaliação é parte intrínseca ao processo e constitui-se importante instrumento para consolidar essa educação mais inclusiva anunciada. No entanto, a avaliação praticada nas salas de aula dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, para o público da Educação Especial, converge para a perspectiva inclusiva e atua enquanto garantia de direitos? Para analisar essa questão, apresentamos a pesquisa de mestrado, em andamento, cujo tema é a avaliação na perspectiva inclusiva e a contribuição do Plano Educacional Individualizado para sua efetivação. Tem como objetivo analisar as práticas de avaliação para o público da Educação Especial nos Anos Iniciais no município de Matos Costa / SC e, imbricado a essa questão, refletir como as avaliações de larga escala e/ou externas impactam nos processos de ensino. Para tanto, a metodologia adotada será de cunho qualitativo tendo como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica com as contribuições de Saviani, Libâneo, Luckesi, Hoffman, Mantoan, entre outros, e também pesquisa documental e de campo com aplicação de questionário aos profissionais que atuam naquela etapa de ensino. Os dados serão tratados segundo a análise de conteúdo Bardin e triangulação de dados segundo Triviños. O recurso educacional decorrente deste trabalho será a um padlet interativo para socializar os resultados. Pretende-se, com a pesquisa, contribuir na difusão da percepção da avaliação enquanto instrumento para a efetivação da educação inclusiva, bem como fomentar a elaboração do Plano Educacional Individualizado e compreendê-lo como garantia de direito no processo formativo dos estudantes público da Educação Especial.

Palavras-chave: Avaliação, Educação Inclusiva, Educação Especial, Plano Educacional Individualizado.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas que orientam e organizam o sistema educacional brasileiro visam garantir o direito à educação e convergem para o atendimento de todos os estudantes, sem exclusão, em todos os níveis de ensino, assegurando a equidade de oportunidades para a

¹ Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva - PROFEI da Universidade Estadual do Paraná / UNESPAR; luciana.skibinski.unespart5@gmail.com

² Prof.^a Dra. Claudia Maria Petchak – UNESPAR (professora orientadora)- aecmari@gmail.com



aprendizagem. Ao mesmo tempo que constitui-se direito, a educação inclusiva é, também, um desafio. O cenário educacional atual aponta muitos entraves para sua efetivação, os quais vão desde problemas de infraestrutura, número insuficiente de pessoal e de material nas escolas, lacunas encontradas na formação inicial do professor e falta de formação continuada que, por consequência, impede o acompanhamento, compreensão e adoção de concepções mais contemporâneas. Essa realidade dificulta o rompimento com práticas que não dão conta de contemplar a diversidade e multiplicidade do percurso formativo dos estudantes.

A Educação Inclusiva abraça todos os indivíduos que participam do processo de escolarização e, desse modo, considera-os em sua singularidade, tornando a trajetória individual do estudante o próprio ponto de referência. Mantoan (2003) traz a reflexão de que, a inclusão escolar, requer recriar o modelo escolar tendo como eixo o ensino para todos. Segundo a Política Nacional de Educação Especial os princípios da Educação Inclusiva partem dos pressupostos que toda pessoa tem direito de acesso à educação, que toda pessoa aprende, que o processo de aprendizagem de cada um é singular, que o convívio no ambiente escolar beneficia a todos. Essa visão provoca uma mudança no enfoque dado pela educação tradicional, o que por consequência, implica uma reestruturação da educação onde a avaliação deixa de ser coadjuvante e assume o aspecto norteador no processo de ensino. Sousa (2017), destaca que “avaliar é entender como as práticas de ensino se realizam, para que a partir delas, o professor (...) repense estratégias e tome decisões capazes de possibilitar a aprendizagem de todos os sujeitos (...)”.

No entanto, apesar dos avanços trazidos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, Proposta Curricular de Santa Catarina, Base Nacional Comum Curricular que orientam para uma avaliação além do mensurar o sucesso ou o fracasso do estudante, a avaliação praticada no ambiente escolar, por vezes, continua arraigada a concepção tradicional. E, para o público da Educação Especial, a avaliação não tem recebido a importância que merece, acabando por ser reduzida, muitas vezes, apenas em atribuir a média ao estudante, anulando assim todo o propósito do processo.

Nessa perspectiva torna-se necessário investigar como a avaliação praticada nas salas de aula dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, para o público da Educação Especial, converge para a perspectiva inclusiva e atua enquanto garantia de direitos. Sabemos que a avaliação integra o processo de ensino e aprendizagem e que a sua importância é indiscutível. Quando bem compreendida, a avaliação torna-se um importante instrumento



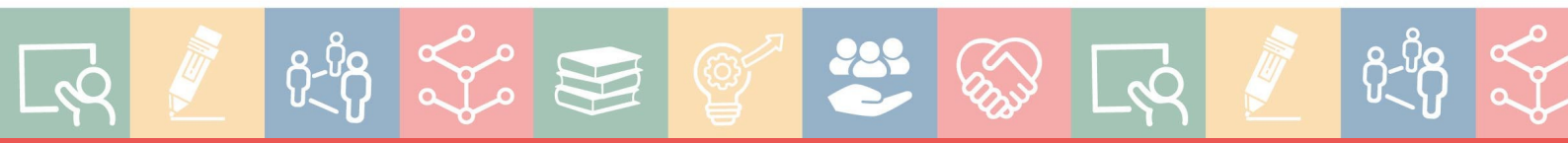
para a efetivação da Educação Inclusiva, pois elenca um conjunto de atuações que fornecem indicativos para orientar a intervenção pedagógica. Desse modo, subsidia o professor a uma reflexão constante sobre a sua prática, permitindo os ajustes necessários e adequados para o sucesso do estudante no processo de aprendizagem. Acreditamos que essa concepção de avaliação (formativa) seja de fato, mais inclusiva e contribua para a construção de conhecimentos contextualizados e de aprendizagens significativas. No entanto, observamos que ainda há um longo caminho a percorrer para que essa seja a realidade vivenciada nas salas de aula do Ensino Fundamental, sobretudo para o público da Educação Especial.

Nesse contexto, apresentamos a pesquisa de mestrado em andamento, cujo tema é a avaliação na perspectiva inclusiva e a contribuição do Plano Educacional Individualizado (PEI) para a sua efetivação. A pesquisa tem como objetivo principal analisar as práticas de avaliação para o público da Educação Especial nos anos iniciais do ensino fundamental no município de Matos Costa /SC e, imbricado a questão norteadora refletir, também, como as avaliações de larga escala e/ou externas impactam nos processos de ensino.

Para fundamentar teoricamente nosso trabalho traremos as contribuições de autores clássicos e contemporâneos como Libâneo (1994), Luckesi (2018), Hoffman (2009), Mantoan (2003), Esteban (2024), entre outros.

METODOLOGIA

Para este trabalho, de natureza qualitativa, utilizaremos inicialmente a pesquisa bibliográfica e documental com o objetivo de revisitar os documentos oficiais que tratam da Avaliação na Educação Especial (leis, diretrizes, políticas, projeto político pedagógico, entre outros) bem como da literatura existente sobre o tema na perspectiva da Educação Inclusiva. Aprofundaremos o estudo sobre a Avaliação, seus instrumentos e possibilidades para garantir o direito de aprendizagem e o desenvolvimento do estudante em seu percurso formativo de modo que a avaliação deixe de ser excludente e passe a ser um instrumento para efetivar uma educação mais inclusiva. Nessa etapa os dados serão coletados através da revisão sistemática da literatura recente sobre o tema, no catálogo de teses e dissertações da CAPES, artigos Scielo, utilizando a metodologia do estado do conhecimento segundo Morosini, Kohls dos Santos e Bittencort (bibliografia anotada e bibliografia sistematizada), análise dos documentos oficiais (leis, resoluções, normativas) municipais de Matos Costa,



estaduais de Santa Catarina e nacionais que norteiam os processos de avaliação e análise do Projeto Político Pedagógico por meio de síntese reflexiva.

Adotaremos, também, uma pesquisa de campo com a coleta de dados por meio de questionário semiaberto aos professores que atuam com o público da Educação Especial no Ensino Fundamental (professores regentes, auxiliares, segundos professores e professores do Atendimento Educacional Especializado), no município de Matos Costa. O questionário visa identificar a compreensão dos professores quanto à concepção da avaliação praticada e a percepção de como as avaliações de larga escala impactam os processos de ensino e aprendizagem. Além disso, as impressões quanto ao Plano Educacional Individualizado e a integração do trabalho pedagógico dos profissionais que atuam com a Educação Especial (questionário misto com perguntas abertas e fechadas para explorar aspectos mais específicos e também obter dados quantitativos) online, utilizando o Google Forms.

É intenção também, realizar entrevista semiestruturada com a orientadora pedagógica e com a diretora da Unidade Escolar. Nessa etapa os dados serão tratados segundo a análise de conteúdo de Bardin, pretendemos também, fazer uso da triangulação de dados segundo Trivinus (aplicado na comparação dos dados obtidos nos questionários e nas entrevistas); e finalmente, para contemplar a produção do recurso educacional, a coleta de dados ocorrerá por meio do Grupo Focal com análise temática, observando as lacunas de compreensão dos docentes durante os encontros, seguida da sistematização, síntese e organização dos dados em quadro para planejamento do conteúdo de um Padlet interativo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Sabe-se que avaliação é parte intrínseca ao processo e constitui-se importante instrumento para consolidar essa educação mais inclusiva anunciada. No entanto, a avaliação praticada nas salas de aula dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, para o público da Educação Especial, converge para a perspectiva inclusiva e atua enquanto garantia de direitos? Para analisar essa questão, apresentamos a pesquisa de mestrado, em andamento, cujo tema é a avaliação na perspectiva inclusiva e a contribuição do Plano Educacional Individualizado para sua efetivação. Tem como objetivo analisar as práticas de avaliação para o público da Educação Especial nos Anos Iniciais no município de Matos Costa / SC e, imbricado a essa questão, refletir como as avaliações de larga escala e/ou externas impactam nos processos de ensino.



Para tanto, a metodologia adotada será de cunho qualitativo tendo como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica com as contribuições de Saviani, Libâneo, Luckesi, Hoffman, Mantoan, entre outros, e também pesquisa documental e de campo com aplicação de questionário aos profissionais que atuam naquela etapa de ensino. Os dados serão tratados segundo a análise de conteúdo Bardin e triangulação de dados segundo Triviños.

O recurso educacional decorrente deste trabalho será a um padlet interativo para socializar os resultados. Pretende-se, com a pesquisa, contribuir na difusão da percepção da avaliação enquanto instrumento para a efetivação da educação inclusiva, bem como fomentar a elaboração do Plano Educacional Individualizado e compreendê-lo como garantia de direito no processo formativo dos estudantes público alvo da Educação Especial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por se tratar de uma pesquisa em andamento, não temos resultados finalizados. O processo inicial já demonstra que a pesquisa possibilitará o aprofundamento teórico sobre a avaliação em uma perspectiva mais inclusiva, bem como a compreensão do Plano Educacional Individualizado enquanto instrumento para garantia de direito.

A avaliação da aprendizagem é apontada, historicamente, como uma das práticas educativas mais excludentes, portanto faz-se necessário compreendê-la e utilizá-la como aliada na construção do percurso formativo do estudante. Mas, o que é avaliação? Segundo o dicionário da Língua Portuguesa Evanildo Bechara “Ação ou efeito de avaliar (-se); julgamento, apreciação, análise; valor dado por quem avalia; processo que visa a interpretar dados quantitativos e qualitativos para obter um parecer ou julgamento de valor, tendo por base padrões ou critérios” (Bechara, 2011, p.315). Neste pequeno verbete podemos inferir palavras importantes que fazem referência às concepções de avaliação que conhecemos: julgamento, análise, processo ou seja, a avaliação classificatória, a diagnóstica e a formativa. Todas servem para avaliar, mas cada qual atendendo um objetivo específico.

Ao longo do percurso histórico a avaliação sobrepuiu seu caráter classificatório com o objetivo único de mensurar o conhecimento do estudante, categorizando-os em aptos ou inaptos. E essa postura foi tão reproduzida que passou a ser sinônimo do ato de avaliar a aprendizagem nas escolas. No entanto, é necessário compreender a avaliação em todos os seus aspectos.



Para Libâneo “A avaliação é tarefa complexa que não se resume à aplicação de provas e atribuição de notas. A mensuração apenas fornece dados que devem ser submetidos a uma apreciação qualitativa” (Libâneo, 1994, p. 195). Examinar é medir, mensurar, classificar enquanto avaliar é investigar a qualidade da ação realizada, visando a aprendizagem do estudante. A escola necessita retomar sua função social que ensina a todos e, para tanto, é imprescindível voltar a avaliar.

Jussara Hoffmann (2009) também aborda a desconstrução da avaliação enquanto sinônimo de exame, ressignificando o ato para além do transmitir – verificar – registrar, defendendo uma avaliação mediadora capaz de uma ação mais reflexiva por parte do professor e mais centrada no estudante.

[...] num movimento de superação do saber transmitido a uma produção de saber enriquecido, construído a partir da compreensão dos fenômenos estudados. Ação, movimento, provocação, na tentativa de reciprocidade intelectual entre os elementos da ação educativa. Professor e aluno buscando coordenar seus pontos de vista, trocando ideias, reorganizando-as. (Hoffmann, 2009, p.116)

Nesta perspectiva é possível transformar a ação avaliativa em uma ação de aprendizagem também, pois o movimento de ação-reflexão-ação possibilitará futuras intervenções para a construção do percurso do estudante. Hoffmann reitera que as mudanças no campo da avaliação não se restringem às mudanças de procedimentos, mas fundamentalmente, à respeito da mudança de finalidade de tais procedimentos. A pergunta não é mais o “como” e sim o “para quê”, é trazer à discussão os princípios norteadores das práticas avaliativas efetivadas no âmbito escolar. Assim, o Plano Educacional Individualizado (PEI) mostra-se um importante instrumento a ser utilizado para o público da Educação Especial. O “para que” avaliar deixa de ser uma ação subjetiva e caminha na direção de objetivos possíveis de se alcançar. Pautado no trabalho colaborativo, o PEI envolve todos os profissionais que participam do atendimento do aluno, oportuniza ao estudante as condições necessárias para o progresso de suas aprendizagens e atua enquanto garantia de direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação da aprendizagem é um elemento fundamental para o processo de ensino. Ela reforça as concepções de inclusão ou não que o sistema assume no atendimento aos estudantes. Utilizá-la, enquanto instrumento para nortear o percurso, é compreender o seu



caráter formativo e efetivar uma educação, de fato, inclusiva. Para tanto, é necessário analisar qual tem sido o papel que a avaliação tem assumido nas salas de aula, e como as avaliações de larga escala têm impactado e interferido na sua função. Pois, além de servir como instrumento de verificação de aprendizagem do estudante, a avaliação é também, segundo os PCNs (1997), um processo contínuo, sistematizado, qualitativo e redirecionador das práticas pedagógicas. Deste modo, está a serviço da construção da aprendizagem.

Refletir a avaliação na perspectiva da inclusão é necessário para atuar na garantia de direito dos estudantes, sobretudo para o público da Educação Especial, pois através dela torna-se possível identificar as necessidades educacionais de cada um e, por consequência, as decisões que precisam ser tomadas. Não se trata de facilitar o processo para um ou outro estudante, mas de promover a acessibilidade ao conhecimento para todos.

AGRADECIMENTOS

À Deus,

Aos meus filhos Cauã e Heloisa e ao meu esposo Olavo,

À minha orientadora Prof Dra. Claudia Maria Petchak,

À equipe gestora da EAI Prof “Ana Maria de Paula”,

À equipe gestora da EEB “Dom Daniel Hostin”,

À Secretaria Municipal de Educação de Matos Costa/SC,

Aos professores que acreditam na Educação Inclusiva,

Aos estudantes, razão maior do nosso trabalho.

Às pedras encontradas ou atiradas pelo caminho que despertam nossa força e resiliência.

REFERÊNCIAS

BECHARA, E. (2011) Dicionário da língua portuguesa Evanildo Bechara. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>



ESTEBAN, M. T. (2024) Avaliação uma prática de busca de novos sentidos. Rio de Janeiro, RJ: Ed. DPSA.

HOFFMANN, J. (2009) Avaliação mediadora: uma prática em construção - da pré-escola à universidade. 4. ed., Porto Alegre, RS: Educação e Realidade.

LIBÂNEO J. C. (1994) Didática. São Paulo, SP: Cortez

LUCKESI, C. C. (2018) Avaliação em Educação: questões epistemológicas e práticas. São Paulo: SP: Cortez.

LUCKESI, C. C. Blog do Luckesi: avaliação em educação. Recuperado de <https://luckesi.blogspot.com/>.

MANTOAN, M. T. E. (2003) Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo, SP: Moderna. Coleção Cotidiano Escolar.

SOUSA, I. V. de. Avaliação na Educação Inclusiva: Aproximações e distanciamentos. In IV Congresso Paraense de Educação Especial. 18 a 20 de outubro de 2017. Recuperado de https://cpee.unifesspa.edu.br/images/anais_ivcpee.

